

**RELATÓRIO DE PROGRESSO**

**APOIO INSTITUCIONAL À**

**SECRETARIA EXECUTIVA DO  
FDDI**

**PROJETO APOIADO PELA NORAD**

**2005-2006**

Brasília – DF, Julho/2005

## INTRODUÇÃO

Este relatório refere-se preferencialmente às ações desenvolvidas pelo Fórum de Defesa dos Direitos Indígenas (FDDI) no período de março a julho de 2005 correspondendo à primeira parcela do primeiro ano do projeto Norad (2005-2006) destinado a apoiar o fortalecimento técnico e operacional da Secretaria Executiva do colegiado, assumida pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, através de sua equipe que atua em Brasília. O objetivo do FDDI é a luta pela promoção e defesa dos direitos constitucionais dos povos indígenas do Brasil.

O FDDI foi criado no dia 23 de junho de 2004, em Brasília. Ele é constituído por organizações indígenas e indigenistas de longa tradição no processo de debate e construção de uma política indigenista pública brasileira, que buscam, publicamente, afirmar o reconhecimento aos direitos indígenas firmados na Constituição Federal de 1988. Seu objetivo é produzir debates que ajudem na elaboração de propostas para formulação e implementação de Políticas Públicas e a defesa e aplicação dos direitos dos povos indígenas no Brasil, bem como acompanhar as tramitações das proposições legislativas e as demandas das organizações indígenas apresentadas ao Fórum e divulgando informações qualificadas sobre a situação dos direitos indígenas no Brasil.

Atualmente o Fórum é formado por um Colegiado de entidades, constituído pela seguintes entidades:

- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). Esta última Organização atua como Secretaria Executiva do Fórum de Direitos Indígena.
- Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME.
- Conselho Indígena de Roraima – CIR
- Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN.
- Instituto Brasileiro Warã
- Associação Brasileira de Antropologia (ABA)
- Comissão Pro-Yanomami (CCPY)
- Centro de Trabalho Indigenista (CTI)
- Conselho Indigenista Missionário (Cimi)
- Instituto Socioambiental (ISA)
- Instituto de Estudos Sócio-econômicos - INESC
- Frente Parlamentar Pró-Indígena
- Ministério Público Federal

O Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas surgiu da preocupação das Organizações Indígenas e Indigenistas com as ameaças aos direitos indígenas que se têm intensificado durante o atual governo. Antigos conceitos e preconceitos, que balizaram as traumáticas relações entre o Estado brasileiro e os povos indígenas, voltam a inspirar a atuação de alguns setores do governo, justificados com os mesmos argumentos ultrapassados e, como antes, em interesses privados. Os resultados desse retrocesso já são visíveis no acirramento de conflitos, no aumento da violência contra

indígenas, no incremento de posturas racistas e preconceituosas e no cerceamento à aplicação dos direitos indígenas por parte de agentes do Estado.

O Projeto objetivou oferecer as condições essenciais para o funcionamento da Secretaria Executiva, basicamente a contratação de uma assessoria técnica exclusiva para atender as demandas técnicas, de comunicação, produção de documentos e de apoio a articulação política do Colegiado do Fórum entre si e dele com os demais setores da sociedade e dos poderes públicos. O Projeto previu também ajuda de custo para permanência bimestral de lideranças indígenas de outras regiões não atendidas pela COIAB com vistas a fortalecer a participação indígena na Coordenação das ações políticas e de articulação do Fórum em Brasília, além de recursos para complementar a infra-estrutura básica e os gastos operacionais mensais.

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO FDDI

Nos primeiros meses de sua atuação, o FDDI priorizou debates internos na busca de uma compreensão mais aprofundada da situação indígena no Brasil através de várias reuniões do colegiado ao mesmo tempo em que foi buscando condições institucionais e operacionais para desenvolver suas estratégias frente à situação adversa da política indigenista em curso. A primeira estratégia tomada foi de definir e apoiar o fortalecimento de uma organização indígena para assumir a secretaria operacional do colegiado, ficando a COIAB com essa tarefa. Percebeu-se que o principal entrave para o pleno funcionamento do Fórum em Defesa dos Povos Indígenas eram as limitações técnicas e operacionais da sua Secretaria Executiva sediada no escritório da representação da COIAB em Brasília. Foi assim que, com o apoio do colegiado, a COIAB elaborou e encaminhou à Norad o projeto de apoio à Secretaria Executiva do Fórum que teve sua aprovação em março de 2005.

Os sistemáticos debates em torno da atual política indigenista brasileira levou o colegiado a algumas conclusões que permitiram a definição de alguns eixos temáticos prioritários que balizaram as estratégias e ações definidas e assumidas pelo Fórum, expressos através de diversos manifestos produzidos e publicados. Concluiu-se que o governo por incapacidade de lidar com a pluralidade étnica do país e por ausência de uma nova política indigenista, permitiu que os históricos interesses contrários aos direitos dos povos indígenas fossem ganhando espaço dentro e fora do governo. Como exemplo, a política indigenista foi remilitarizada e a demora para a homologação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol levou os indígenas a denunciarem o Brasil à OEA (Organização dos Estados Americanos), que recomendou ao governo brasileiro medidas cautelares para a proteção à vida dos habitantes dessa terra.

O ritmo histórico de reconhecimento dos territórios indígenas, conquistado pelo movimento indígena, foi quebrado pelo atual governo e condicionado a um projeto neoliberal/desenvolvimentista, etnocêntrico e genocida, cuja governabilidade está sendo negociada junto a setores da oligarquia rural brasileira, a mesma que historicamente impediu a paz e a democracia no campo. O número de terras declaradas como de posse indígena é, no governo Lula, o pior desde o fim do regime militar. O governo Lula declarou a média de 6 terras indígenas por ano. O governo FHC, também indiferente à matéria, declarou a média de 14 terras indígenas por ano de mandato, mais que o dobro do governo Lula. Terras Indígenas viraram moeda de troca na barganha política com governadores de alguns estados. **29 Terras Indígenas estão paradas num verdadeiro**

limbo administrativo entre o Ministério da Justiça e a Funai. Em todos esses casos o prazo legal estabelecido pelo Decreto 1775/96 para uma decisão do Ministério da Justiça foi desrespeitado. Há entre a maioria dessas terras uma coisa em comum: são objeto de algum interesse político e/ou econômico não indígena, o que faz supor uma indevida e generalizada *politização* dos processos administrativos de regularização das Terras Indígenas pelo atual governo.

São gravíssimas as conseqüências dessa paralisação. Em muitas dessas terras observa-se a aceleração de processos de devastação ambiental à revelia de qualquer parâmetro legal, muitas vezes sendo mais intenso o desmatamento dentro dos perímetros das TIs delimitadas do que nos seus entornos. Verdadeiros saques dos recursos naturais dos territórios indígenas, já evidentes nas terras Manoki e Batelão em MT. De outro modo, intensificam-se os conflitos expondo as lideranças indígenas à violência e ao extermínio.

Nesse sentido, é surpreendente as declarações do atual Presidente da Funai de que as demarcações de Terras Indígenas no Brasil estão chegando ao fim. Do mesmo modo, se nega a aplicar a Convenção 169 da OIT, obstruindo na prática o reconhecimento de povos indígenas resistentes a 500 anos de colonialismo e repressão. Objetiva-se assim, por meios políticos e administrativos, minimizar e reprimir as demandas dos povos indígenas ao invés de atendê-las. As propostas e promessas de incluir os povos indígenas e a sociedade civil na definição dos rumos da política indigenista sucumbiram diante do reavivamento da velha prática tutelar, autoritária e clientelista, que hoje domina a Funai e o governo.

A última fronteira colonial avança rapidamente nesse governo sobre os conhecimentos dos povos indígenas, pondo em risco suas culturas e benefícios a que têm direito. O Projeto de Lei discutido junto às organizações indígenas, que garantia repartição justa e equitativa de benefícios pelo uso de seus conhecimentos, foi alterado na Casa Civil ao ser submetido aos interesses das empresas multinacionais de biotecnologia, hoje abusivamente defendidas pelos ministérios da Agricultura, Ciência e Tecnologia e Indústria e Comércio, que estão impedindo a efetivação dos direitos à repartição de benefícios e anuência prévia previstos na Convenção da Diversidade Biológica (ECO 92) aos povos indígenas e população local.

Diante desse quadro, o Fórum elegeu quatro eixos prioritários de atuação:

- 1) Criar o Conselho Nacional de Política Indigenista com a efetiva participação indígena e da sociedade civil em sua composição.
- 2) Que o Ministro da Justiça declare imediatamente como de posse indígena as terras: 1. Morro dos Cavalos (SC), 2. Las Casas (PA), 3. Aldeia Condá (SC), 4. Toldo Imbu (SC), 5. Piaçaguera (SP), 6. Toldo Pinhal (SC), 7. Yvy-Katu (MS), 8. Cachoeirinha (MS), 9. Batelão (MT) e 10. Balaio (AM). Que a TI Raposa Serra do Sol seja homologada em área contínua.
- 3) Rejeitar a PEC n.º 38/1999 e o PLS n.º 188/2004 dos Senadores Mozarildo Cavalcante e Delcídio Amaral, bem como outras iniciativas legislativas que visem obstruir ou impedir o reconhecimento dos territórios indígenas. Que os direitos indígenas sejam regulamentados dentro do Estatuto das Sociedades Indígenas e não de forma isolada.

- 4) Garantir em Lei os mecanismos previstos na Convenção da Diversidade Biológica, de repartição justa e equitativa de benefícios e anuência prévia e informada, para o acesso aos conhecimentos dos povos indígenas e das populações locais.

Como estratégias de atuação definiu-se:

- 1) Ampliação da interlocução e participação junto ao Fórum de comunidades e organizações indígenas e entidades de apoio.
- 2) *Viabilizar uma mobilização indígena e pró-indígena nacional*
- 3) Gestões permanentes e articulados junto aos órgãos do governo, do Estado e da sociedade em busca de apoio aos quatro eixos prioritários do Fórum.
- 4) Incentivar a criação e fortalecimento da articulação indígena nacional.

## DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES

### *Elaboração do plano estratégico*

- a. Entre julho de 2004 e fevereiro de 2005 o Fórum priorizou reuniões de estudos e debates para aprofundar a situação dos povos indígenas do Brasil. Estes estudos e reflexões possibilitaram estabelecer uma agenda mínima de atuação na tentativa de neutralizar as pressões e ameaças imediatas aos direitos dos povos indígenas. A Homologação da Raposa-Serra-do-Sol, os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e outras situações de violências contra estes povos foram definidos como prioridades imediatas. O Fórum passou a apoiar e desenvolver campanhas nacionais e internacionais em defesa dos direitos indígenas a partir das situações priorizadas, aproveitando num primeiro momento as redes eletrônicas dos próprios membros do grupo e posteriormente às redes nacionais e internacionais acessíveis. Para isso foram produzidos vários manifestos, cartas e denúncias.
- b. Diante da necessidade de condições operacionais para as ações do Fórum, foi elaborado e negociado, junto a Norad, a aprovação de um projeto de apoio técnico e operacional à Secretaria Executiva do Colegiado.

### *Mobilização Abril Indígena "Acampamento Terra Livre"*

Para dar maior visibilidade e densidade política da gravidade vivida pelos povos indígenas, o Fórum decidiu realizar uma grande mobilização indígena nacional no mês de abril denominada de mobilização Abril Indígena "Acampamento Terra Livre" que se realizou entre 24 e 29 de abril em Brasília. A partir de março de 2005 o Fórum iniciou ações preparatórias para o grande evento. Já no início de março foi lançado o Manifesto do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas, contra a política indigenista do governo Lula que teve ampla divulgação junto aos meios de comunicação ao mesmo tempo em que realizavam articulações com lideranças indígenas de todo Brasil para o evento. Como preparação do grande evento o Fórum solicitou e realizou diversas audiências com as autoridades centrais do governo (ministros, secretários, procuradores, assessores da presidência, secretaria especial da presidência, etc), com objetivo de levar ao conhecimento dessas autoridades os objetivos da grande mobilização e ao mesmo tempo

sensibilizá-las a contribuir para a concretização do evento. As audiências foram planejadas no sentido de apresentar a programação da mobilização, pedir apoio e garantir a efetiva participação das autoridades nas audiências programadas durante a mobilização. As audiências aconteceram com diversos órgãos estratégicos do governo dos três poderes: Casa Civil (Ministro José Dirceu), Secretaria Geral da Presidência (Ministro Luís Dulci), Senador Delcídio Amaral (Líder do PT no Senado), Advocacia Geral da União (Dr. Álvaro Augusto Ribeiro da Costa), Ministério do Desenvolvimento Agrário (Dra. Andréa Butto), Ministério da Justiça (Dr. Marcelo Bear) e Ministério do Meio Ambiente (João Paulo Capobianco).

De 25 de abril a 29 de maio, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, aconteceu o grande acampamento indígena apelidado de “Terra Livre”. Nas dezenas de malocas que foram armadas, ocorreram plenárias, oficinas, seminários e entrevistas coletivas. Além de críticas à ausência e à ineficiência de políticas públicas específicas para os índios, também foram discutidas alternativas, como a criação de um Conselho Nacional de Política Indigenista com a participação de organizações e comunidades indígenas e outras instituições da sociedade civil. Participaram mais de 700 lideranças indígenas de todo o país de 92 povos. Ao lado das malocas, foram montados barracas, chuveiros, banheiros e uma infra-estrutura básica para acolher os participantes, que pernhoitaram no local.

Para que a mobilização pudesse acontecer, inúmeras atividades e decisões foram tomadas ao longo de um período curto de tempo. O fator decisivo para a efetividade da proposta foi o compromisso do colegiado do Fórum como um todo, concretizado no empenho de cada membro para o cumprimento das tarefas. Neste sentido, pode-se afirmar que a mobilização aconteceu graças ao trabalho efetivo de cada membro do Fórum e de outras instituições de apoio que voluntariamente se propuseram a colaborar. As etapas da preparação e realização do evento foram exaustivamente discutidas, planejadas e avaliadas pelo colegiado. Outra importante decisão foi a *distribuição de responsabilidades e tarefas entre os membros do Fórum*. A *definição* mais importante foi a de que cada instituição membro se responsabilizaria pela articulação e deslocamento das delegações indígenas, levando em consideração as respectivas regiões de atuação. A COLIAB, na condição de Secretaria Executiva, foi delegada para elaborar e negociar aprovação de um projeto para cobrir os custos de logística e infra-estrutura (Norad, CESE, OXFM, Aliança Amazônica e PDPI/GTZ/DFID). Foram formadas comissões específicas para cuidar de determinados setores operacionais como comunicação, coordenação, infra-estrutura e transporte. Dessa forma foi possível reunir mais de 700 lideranças indígenas no acampamento montado na Esplanada dos Ministérios em Brasília.

Foi articulada a vinda de um grupo de líderes indígenas de diferentes regiões para integrarem a Comissão Indígena que coordenou e acompanhou as demandas do Abril Indígena, com maratonas de reuniões, audiências, divulgação, etc. (Mais detalhes sobre a mobilização ver o relatório da mobilização)

Nesse período também foram concedidas diversas entrevistas, e feitos importantes contatos com entidades parceiras que apoiaram financeiramente as atividades da mobilização..

### *Pós-mobilização*

Nos meses que seguiram a mobilização o FDDI se empenhou nas demandas pós-mobilização, tanto na parte operacional (relatórios, prestações de contas, etc), como da parte política, reunindo o colegiado para discussões em torno da proposta do CNPI e implementando os encaminhamentos resultantes dessas discussões. O colegiado centrou suas ações na continuidade das ações da Mobilização Abril Indígena, buscando operacionalizar e acompanhar os encaminhamentos tomados e deixados a cargo do colegiado. Durante este período foram realizadas reuniões de trabalho e audiências com representantes do governo.

### *Avaliação da Mobilização*

O Colegiado avaliou que o desenvolvimento do evento atendeu as expectativas e os resultados esperados, seja na organização (coordenação, logística, divulgação), participação e conteúdo. Os pontos mais destacados foram: protagonismo indígena na condução do evento, qualidade nas discussões e proposições, o nível de consciência política de luta das lideranças indígenas e o amplo envolvimento sintonizado dos aliados e parceiros, principalmente dos membros do Fórum. Outros destaques importantes foram no sentido de que a mobilização foi um momento alto e espaço privilegiado do movimento indígena brasileiro desde a mobilização de 2000 em Coroa Vermelha, por ocasião da passagem dos 500 anos do Brasil. Neste sentido o evento serviu para recolocar a questão indígena na pauta do governo e do país e aos índios a oportunidade de retomada de sua luta nacional articulada em um momento crítico da política indigenista brasileira caracterizada pela eminente ameaça aos direitos indígenas.

### *Conselho Nacional de Política Indigenista*

O Fórum elaborou uma proposta para a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, a partir das propostas definidas pelos participantes da mobilização indígena e de contribuições das organizações indígenas e indigenistas do Brasil. A proposta foi encaminhada oficialmente ao governo no final de junho, para os ministérios que compõem o Grupo de Trabalho Interministerial de Política Indigenista - GTI (Presidência da República, Assessoria Especial da Presidência da República, Secretaria Geral da Presidência, Casa Civil, Ministério da Defesa, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério de Minas e Energia e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão). O GTI é coordenado pelo Ministério da Justiça e tem a função de elaborar e articular a política indigenista brasileira. Além do encaminhamento formal, foram solicitadas e realizadas reuniões com 07 desses representantes ministeriais no GTI, inclusive com os representantes da Assessoria Especial e da Secretaria Geral da Presidência da República, na busca de apoio à proposta.

No dia 08 de julho ocorreu a primeira reunião do GTI e a proposta do Conselho Nacional de Política Indigenista foi pauta de discussão e defendida pela maioria dos ministérios. Como encaminhamento da reunião foi estabelecida a realização de uma reunião ampliada entre o GTI e representantes indígenas do Brasil para discutir uma agenda de trabalho conjunto, levando em consideração as propostas do FDDI, que está

marcada para o dia 22 de agosto próximo em Brasília. O FDDI ficou responsável para definir e preparar a participação indígena na reunião.

#### *Demarcação de terras.*

Duas ações foram desenvolvidas:

- a) Realização de levantamento sobre o andamento dos processos demarcatórios de terras indígenas que constatou total paralisação dos procedimentos. Em 2005 nenhum novo GT de identificação e delimitação de TI foi criado. Apenas uma pequena TI foi delimitada, Sapotal/AM. Não foi dado seqüência aos estudos realizados pelos GTs criados pela própria Funai nos dois últimos anos para identificar 28 TIs. Ficaram sem seqüência os GTs criados para rever limites de 18 Terras Indígenas. *Longas prorrogações de prazo para entrega de relatórios de identificação estão sendo concedidas, a exemplo das terras Tapebá/CE prorrogada por 638 dias! Tumbalalá/BA por 308 dias e Karitiana/RO por 306 dias.* Em 2005 apenas uma terra foi declarada pelo Ministério da Justiça, Ivy-Katu/MS. Frente a esse quadro de paralisia, **cerca de 240 Terras Indígenas são reivindicadas pelos povos indígenas junto à Funai e aguardam na fila para serem regularizadas segundo a lei.** Dessas, apenas 64 tiveram seus processos de regularização iniciados pela Funai.
- b) De posse dessas informações o colegiado iniciou uma campanha interna de divulgação dessa situação que objetiva mobilizar as comunidades e organizações indígenas para reverter esse quadro preocupante. Neste momento está sendo amadurecido e planejado uma campanha nacional e internacional contra essa política de paralisia dos processos de demarcação de terras indígenas.

#### *Ameaças aos direitos indígenas no Congresso Nacional*

- a) O Fórum acompanhou todas as discussões e as tramitações dos projetos de lei que tratam da questão indígena, através de audiências e reuniões com parlamentares e assessorias.
- b) O Fórum articulou a aprovação do Requerimento 511 do Senador Tião Viana (PT) que reúne a PEC 38/1999 e o PLS 188/2004, com objetivo de ganhar tempo e articular estratégias para barrar os dois projetos legislativos. A primeira transfere a responsabilidade das demarcações de terras indígenas do Executivo ao Legislativo e o segundo limita as demarcações a 20% do território de cada unidade da federação (cada estado). O Requerimento foi aprovado em julho e a tarefa agora é articular a relatoria.
- c) Com relação ao Estatuto do Índio, o colegiado articulou com algumas lideranças do Congresso e do governo que o momento não é favorável para sua aprovação e a prioridade é monitorar a tramitação do Projeto e de outros.

#### *Produção do Vídeo "Abril Indígena 2005"*

Considerando a relevância da mobilização Abril Indígena, o colegiado do FDDI decidiu produzir um vídeo sobre o evento que tem como objetivo registrar, divulgar e mostrar a importância do evento na luta pela defesa dos direitos indígenas no momento de crise da política brasileira, em particular da política indigenista. O vídeo tem também o objetivo de retorno ou prestação de conta às comunidades indígenas de base, no sentido de tomarem conhecimento dos fatos e feitos de seus 700 representantes que vieram a Brasília.



O vídeo, que está em fase final de edição, terá duração de 18 minutos e patrocinado totalmente pelos próprios membros do Fórum. Seu lançamento está programado para o dia 16 de agosto em Brasília, ocasião em que o FDDI também estará realizando um seminário nacional das lideranças indígenas do Abril Indígena 2005, para avaliar os resultados da mobilização e planejar a continuidade das ações e estratégias de luta.

#### *Articulação e ampliação dos membros do FDDI*

O colegiado do Fórum, através da secretaria executiva atuou também no sentido de ampliar o número de membros do colegiado que até a mobilização era composto por 03 organizações indígenas (COIAB, APOINME, CIR) e 07 entidades indigenistas, hoje somam 06 organizações indígenas regionais (novos: Instituto Warã, FOIRN e CAPOIS) e 10 entidades indigenistas (novos: INESC, GTME e ANAÍ). Além disso, a secretaria executiva do colegiado tratou também de divulgar os trabalhos do Fórum, aproveitando momentos relevantes como foram os encontros e reuniões periódicos da COIAB (Manaus), da Assembléia Geral da APOINME (Baía da Traição, 09 a 12/07/05) e do seminário do Grupo de Trabalho Missionário Evangélico – GTME (Porto Alegre, 21 a 25/07/05).

#### *Acompanhamento de grandes programas de infra-estrutura do governo*

A secretaria executiva do Fórum acompanhou as discussões em torno da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte/PA, principalmente depois que sua construção foi autorizada pelo Congresso Nacional sem o consentimento prévio informado, das comunidades indígenas afetadas, de acordo com a Constituição Federal do Brasil e da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Diante disso, a COIAB, o Centro dos Direitos das Populações da Região do Carajás, o Instituto Socioambiental e o Greenpeace entraram com uma Representação perante a Procuradoria Geral da República requerendo Ação Direta e Inconstitucionalidade contra o Decreto Legislativo n. 788 de 14 de julho de 2005.

Outro projeto acompanhado foi o de asfaltamento da BR-163 que liga Cuiabá/MT a Santarém/PA. O governo já havia feito ao longo de 2003 e 2004 mais de 06 consultas públicas na região sobre o projeto sem a participação indígena. Diante disso e sobre pressão dos índios e seus aliados, o governo decidiu realizar em agosto deste ano mais duas consultas públicas específicas para os índios. As consultas não se referem a viabilidade ou não do projeto, mas à aprovação ou não do Plano de Desenvolvimento Sustentável para as áreas afetadas como ação compensatória e de redução de impactos nocivos aos meio ambiente e à vida das populações atingidas, entre elas dezenas de comunidades indígenas que estão localizadas nas áreas de influência e seus entornos.

Além disso, a representação da COIAB em Brasília acompanhou, participou e apoiou durante todo o primeiro semestre de 2005 as discussões em torno do Programa Nacional de Proteção, recuperação e uso sustentável da Biodiversidade e Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas. As discussões coordenadas pelo Ministério do Meio Ambiente tinham como objetivo a elaboração de uma pré-proposta do programa para ser enviado ao Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF/Banco Mundial, que já havia manifestado interesse em apoiar tal iniciativa. Aliás, a iniciativa partiu dos próprios índios ou mais especificamente da COIAB, mas foi discutida e assumida por todas as organizações indígenas do Brasil. A pré-proposta já está

concluída e aprovada pelo governo brasileiro e estará sendo encaminhado ao Banco ainda no mês de agosto deste ano.

## AVANÇOS E CONQUISTAS

Vários avanços podem ser elencados:

a. *Consolidação e ampliação do Fórum: de 10 membros iniciais saltou para 16 membros atuais e com grandes perspectivas de uma ampliação ainda maior. O colegiado funciona atualmente de forma regular, com uma agenda de reuniões, prioridades temáticas e estratégias claras de articulação entre seus membros, aliados e a sociedade em geral na defesa dos direitos indígenas.*

b. *Consolidação e estruturação da COIAB como secretaria executiva do FDDI. Atualmente as reuniões do colegiado acontecem preferencialmente na sede da COIAB e a operacionalização das ações é assumida pela sua equipe. Isso foi possível graças à tomada de decisão da COIAB em assumir pra valer sua tarefa, mas foi graças principalmente ao projeto Norad que apoiou a aquisição de um Notebook para a secretaria e ajudou a equipar (mesas e cadeiras e manter) o escritório, além de apoiar a manutenção de uma equipe permanente na secretaria da entidade (Assessoria e secretaria).*

c. *A realização da mobilização abril indígena “acampamento terra livre” com um momento alto e espaço privilegiado do movimento indígena brasileiro e que serviu para recolocar a questão indígena na pauta do governo e do país e aos índios a oportunidade de retomada de sua luta nacional articulada em um momento crítico da política indigenista brasileira caracterizada pela eminente ameaça aos direitos indígenas.*

d. *a Elaboração de uma proposta para o Conselho Nacional de Política Indigenista que está motivando uma reação positiva do governo e uma maior mobilização e pressão dos índios na defesa de seus direitos.*

## DESAFIOS ENFRENTADOS

a. *As principais dificuldades encontradas podem ser resumidas da seguinte forma: Resistência do governo em atender e implementar as reivindicações indígenas mesmo depois de ter assumido compromissos públicos, como por ocasião da Mobilização Abril Indígena.*

b. *Dificuldades de entendimento interno entre lideranças indígenas entre si e com as entidades de apoio, por conta da ausência de uma organização ou articulação indígena nacional. Isso tem dificultado na elaboração e negociação de propostas e demandas comuns articuladas frente ao governo que insiste na relação clientelista e tutelar para manipular e enfraquecer a luta indígena e seus aliados.*

c. *Ausência de diálogo entre o órgão indigenista oficial e as lideranças indígenas e indigenistas que poderia facilitar a formulação de uma política indigenista capaz de possibilitar avanços na conquista e aplicação dos direitos indígenas. A FUNAI não reconhece a legitimidade das lideranças das organizações indígenas.*

## PERSPECTIVAS POSSÍVEIS

A primeira perspectiva possível é que o FDDI continuará fortalecendo suas ações e estratégias em defesa dos direitos indígenas, principalmente por que é uma articulação ampla, plural e nacional. Na ausência de uma articulação indígena nacional, o FDDI é uma única instância que acompanha e propõe intervenções qualificadas no que tange a defesa dos direitos indígenas, em meio a gravidade do quadro atual da política indigenista e das eminentes ameaças aos direitos indígenas conquistados na atual Constituição.

A segunda perspectiva possível tem a ver com o reinício de uma articulação indígena nacional que está em curso, mas que ainda deverá levar um tempo considerável *para sua efetividade, pela necessidade de produzir reflexões sobre as experiências “fracassadas”* do passado recente (como a CAPOIB) a partir das quais se desenhará estratégias inovadoras de articulação e de luta.

Juntando as duas perspectivas necessariamente inter-relacionadas, podemos esperar que uma nova fase de mobilização social indígena apoiada e articulada com amplos setores aliados e parceiros históricos ou não forçará a construção e o estabelecimento de uma nova política indigenista para o país capaz de dar conta das demandas e realidades dos povos indígenas do Brasil que exige a superação das velhas concepções tutelares e de práticas clientelistas. A proposta do Conselho Nacional de Política Indigenista é um passo inicial deste processo.

A curto e médio prazo, o FDDI continuará com a estratégia de continuar em estado de alerta e de vigilância para não permitir o retrocesso quanto aos direitos dos povos indígenas e pressionar para que esses direitos sejam respeitados, garantidos e aplicados, continuando a atuar a partir dos quatro eixos prioritários definidos pelo colegiado: Conselho Nacional de Política Indigenista, Ameaças aos direitos indígenas no Congresso Nacional, Demarcação de Terras e Conhecimentos tradicionais e biodiversidade.